

PSICOLOGIA E CIDADANIA

Janaina Mazzer Salinet*
Flávia Fernandes De Carvalhaes
Zilda Teixeira Lisboa
Uérika Massambi Scudeller

"Psicologia e cidadania" é um projeto do curso de Psicologia da Universidade do Norte do Paraná que, de Agosto de 2011 a Junho de 2012, desenvolveu ações de pesquisa e extensão em três bairros de periferia da Região Leste de Londrina. O objetivo do projeto consistiu em mapear as condições psicossociais e econômicas da população que reside neste território, intervir com grupos de moradoras da região e propiciar aos alunos dos primeiro e segundo anos do curso, o contato com a perspectiva teórica e prática da Psicologia Social Comunitária (Lane, 1996).

Durante o desenvolvimento do projeto, o conceito de vulnerabilidade (Ayres, 1999) foi uma ferramenta conceitual importante para subsidiar as análises e intervenções, pois possibilitou a problematização de contextos individuais, sociais e programáticos que implicam em diferentes riscos as pessoas no cotidiano. Partimos do pressuposto teórico que a subjetividade é um fenômeno que se produz em meio a uma série de elementos (discursos, tecnologias, práticas e contextos) históricos e políticos.

Numa primeira etapa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 25 mulheres que residem na Região Leste do município, com o objetivo de conhecer a realidade local e as implicações na vida dos moradores. As entrevistas foram realizadas a partir de um mesmo roteiro, cujas questões iniciais referiam-se a idade, raça, condição socioeconômica, as quais eram seguidas de uma série de perguntas sobre o cotidiano delas. Apesar de seguir o mesmo itinerário, as peculiaridades da trajetória de cada mulher entrevistada acabaram, por vezes, influenciando o percurso das perguntas.

A escolha pela entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados, se articulou à intenção dos alunos de interagir com a população acessada e de criar um espaço de interlocução e construção de novos significados (Josso, 1999). Nesse sentido, entendemos que o fato dessas mulheres relatarem trechos de suas vidas, possibilitou a elas (bem como aos

alunos-pesquisadores) a problematização de experiências que se costumam no dia a dia das classes populares.

Na análise das entrevistas, procuramos verificar caminhos possíveis para interpretar a complexidade de questões que envolvem a trajetória das mulheres acessadas, bem como estabelecer prioridades de intervenção dali em diante. A análise indicou uma série de dificuldades vivenciadas por elas (e/ou seus familiares e/ou cônjuges), tais como violência doméstica, envolvimento (de algum membro da família) na criminalidade, dificuldades financeiras, desemprego, gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis.

Frente a essas demandas, a equipe decidiu atuar especificamente com questões relacionadas a gênero, sexualidade e prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, por meio de intervenções em grupo com cerca de 40 moradoras da região. Para tanto, foram estabelecidas parcerias com as Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres e Secretaria Municipal de Saúde, no intuito de articular intervenções em rede.

A escolha pelas estratégias de intervenção em grupos (dinâmicas de grupo) teve o intuito de facilitar o debate sobre as crenças, práticas e contextos vivenciados por essas mulheres. Através de encontros quinzenais foram problematizadas com elas noções relacionadas às questões de gênero, sexualidade, vulnerabilidades e prevenção, sendo estas concebidas e interpretadas a partir do quadro de referências culturais de cada grupo.

Durante as atividades, notamos uma série de Representações Sociais (Strey, 2007) e Ideologias (Guareschi, 2007), que são singularizadas pelas mulheres em discursos e práticas, principalmente no que se refere a noções estereotipadas de masculino e feminino. Tais atribuições atravessam o cotidiano dessas mulheres e produzem vulnerabilidades a doenças sexualmente transmissíveis, gravidezes não planejadas e/ou violências domésticas.

Por serem mulheres moradoras de regiões periféricas, consideramos importante refletir sobre significados que circulam nas classes populares (Fonseca, 2000). Apesar da complexidade e heterogeneidade da realidade brasileira, os segmentos populares encontram-se intensamente atravessados por sistemas culturais hegemônico, pautados, por exemplo, em normativas da maternidade e do casamento. Nesse sentido, Ferreira (2006) analisa as dificuldades de segmentos das classes populares na incorporação de uma série de valores que

transitam nas últimas décadas, como, por exemplo, os direitos igualitários entre homens e mulheres e a negociação de métodos contraceptivos em relações sexuais.

Os relatos das mulheres apontaram, muitas vezes, para a legitimação de perspectivas tradicionais de vida. Valores como a família e o reconhecimento próprio através da maternidade e de relações de conjugalidade se revelaram como elementos privilegiados e idealizados nos discursos delas, o que evidencia a interpenetração de lógicas culturais e ideários políticos das sociedades modernas (Donzelot, 1986).

Para a maioria das mulheres, a família (grupo doméstico) desempenha um papel central e se organiza (simbolicamente) por meio de uma divisão engendrada de trabalho, sendo o masculino relacionado ao mundo público (emprego) e o feminino restrito ao espaço privado e à maternidade. Entretanto, percebemos que, paradoxalmente, grande parte dos relatos indicava que eram essas mulheres (ou suas mães) que, na prática, sustentavam financeiramente a casa.

Em relação à organização familiar, observamos alguns articuladores geracionais e de gênero rígidos, onde ser o filho mais velho, por exemplo, se configura geralmente como símbolo de poder. Outro exemplo é o lugar subalterno que as crianças ocupam na família, pois, ao contrário da racionalidade das classes médias, são os adultos (e principalmente os homens) que ocupam lugar de centralidade (Heilborn; Gouveia, 1999).

Nas concepções sobre as relações afetivo-conjugais, os relatos evidenciaram referências do universo cultural do mundo ocidental, que se apresentam de forma mais rígida nas classes populares brasileiras. Aspectos atribuídos aos homens (Almeida, 1995), como a possibilidade de traição, desejo sexual exacerbado, dificuldade no uso da camisinha e a violência são compreendidos como masculinidades “naturais” e quase inquestionáveis. Em contrapartida, houve alguns poucos exemplos de escolhas delas pelo próprio prazer sexual e enfrentamento verbal de agressões, como a mulher que relatou que cantava enquanto o marido brigava com ela, “*só para irritá-lo*”.

Outra questão que se destacou foi o fato delas situarem a maternidade como uma regra (norma) em suas vidas (Badinter, 1985). O desejo de ter um filho não pode ser dissociado da sua função social, pois, em nossa cultura, a maternidade está diretamente

relacionada à noção de família e garante o lugar de muitas mulheres na esfera social como respeitáveis.

Notamos, portanto, que os relatos das mulheres afirmam o sentido de suas vidas agenciado ao cuidado com os filhos e a manutenção do casamento, como se estes fossem “destinos naturais”. Tais perspectivas tem se configurado como indicadores que produzem diversas vulnerabilidades a mulheres (e, inclusive, a homens). Nesse sentido, torna-se importante refletirmos cuidadosamente sobre atribuições de gênero que cristalizam possibilidades de ação e escolha entre as pessoas e que contribuem para a legitimação de contextos hierárquicos e violentos.

Referências

Almeida, M. V. (1995). *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa.

Ayres, J. R. C. M. et al. (1999). Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: Barbosa, M. R.; Parker, R. (Org.), *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. (pp. 49-72). Rio de Janeiro: Ed. 34.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Lane, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: Campos, R. H. F. (Org), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. (pp. 17-34). Petrópolis: Vozes.

Donzelot, J. (1986) *A polícia das famílias*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal.

Ferreira, C. B. C. (2006). *Mulheres em movimento: trajetória de mulheres HIV⁺ no movimento político de HIV/aids do estado do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Fonseca, C. L. W. (2000). *Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

Heilborn, M. L.; Gouveia, P. F. (1999). “Marido é tudo igual”: mulheres populares e sexualidade no contexto da Aids. In: BARBOSA, M. R.; PARKER, R. (Org.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. (pp. 175-198). Rio de Janeiro: Ed. 34.

Josso, M. C. (1999) História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as “história de vida” a serviço de projetos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 11-23, jul./dez.

Guareschi, P. (2007). Ideologia. In: Jacques, M. G. C. (Org) *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes.

Strey, M. N. (2007). Representação Social. In: Jacques, M. G. C. (Org) *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes.